

## TRISTÃO E A DISPUTA PELO ENSINO RELIGIOSO: A ATUAÇÃO DE ALCEU AMOROSO LIMA NA CONSTITUINTE (1933 – 1934)

Mateus Vicente Guerra Dantas Oliveira <sup>1</sup>

Michele Aigo Freire Gurgel <sup>2</sup>

Karita Suaid Ferreira <sup>3</sup>

### RESUMO

Com o avanço da secularização, a Igreja se organizou de forma mais incisiva para enfrentar os desafios decorrentes da modernidade. No Brasil, após a Proclamação da República, o catolicismo perdeu sua conexão institucional com o Estado. Diante dessa situação, seus líderes dedicaram décadas ao que ficou conhecido como Restauração Católica, projeto cujo objetivo era revitalizar a Igreja e recuperar sua influência em várias esferas da sociedade. Nesse contexto, uma das principais pautas era o ensino religioso. Com o propósito de compreender o debate em torno dessa pauta, esta pesquisa tem como objetivo analisar a atuação do principal líder leigo católico do período, Alceu Amoroso Lima. De modo específico, buscaremos discutir sua atuação e influência junto a intelectuais e políticos participantes do governo e da constituinte, analisar os escritos do autor sobre pedagogia e ensino religioso e compreender seu papel na formação e liderança de movimentos católicos em torno dessa reivindicação. Lima foi um importante articulador, não só por sua liderança dentro do arraial católico, mas como um intelectual público influente. Seu importante papel nos debates públicos e na constituinte, através da Liga Eleitoral Católica, serviram para solidificar a influência da ICAR e suas ideias pedagógicas, tendo como resultado a volta do ensino religioso na Constituição de 1934.

**Palavras-chave:** Alceu Amoroso Lima, Constituição de 1934, Restauração Católica, Ensino Religioso, História da Educação.

### INTRODUÇÃO

A modernidade trouxe uma série de desafios para a Igreja. O Iluminismo, a grande corrente filosófica no ocidente após o século XVIII, tinha tons anticlericais (Bourg, 2015), com os adeptos de tal filosofia buscando minar a influência política da Igreja, e posteriormente promovendo a laicização de muitos Estados. No Brasil, sob a influência de tais ideias, a Igreja deixou de ser ligada oficialmente ao Estado com a constituição de 1891, com a ascensão da República. Desvencilhados do padroado régio, os católicos brasileiros deram continuidade a sua tentativa de retomada da influência que já durante o império havia sido minada, e que após

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, mateusvguerrado@gmail.com; aigogurgel@ufrn.edu.br; karitasuaid@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, aigogurgel@ufrn.edu.br;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, karitasuaid@hotmail.com.

a autonomia da Igreja em relação ao poder estatal começou a crescer, num processo que se iniciou em fins do século XIX e atingiu seu auge durante a década de 30 (Miceli, 2009).

Ao lado do anticlericalismo crescente e da disputa entre secularistas e religiosos pelo poder político, a modernidade trouxe um outro processo, o que Junqueira (2017) chamou de *pedagogização da sociedade*, que ele descreve nos seguintes termos:

Com o nascimento dos Estados modernos e da sociedade burguesa, articulou-se de fato a instituição escolar e um projeto social em torno de uma preocupação com a cultura e com as ciências. A sociedade investiu em um projeto educativo sempre mais articulado e complexo para formar um ser humano cidadão, e a igreja preocupou-se em explicitar o cristão.

[...] a igreja, que até então dominava o sistema educacional existente, viu-se diante de um novo esquema: a laicização da escola e o aumento das classes populares no sistema educacional, pois o Estado, por meio dessa forma de presença social, tentava orientar sua população segundo seus interesses. (p.43 - 44)

Junqueira prossegue, destacando que com a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo industrial, a preocupação com a educação geral da sociedade cresceu, culminando que no século XIX fosse maior o papel do Estado na promoção da educação “no sentido de estabelecer a escola elementar universal, leiga, gratuita e obrigatória (Junqueira, 2017, p. 44). Tornou-se necessário que os católicos aumentassem a sua influência política caso quisessem que suas pautas relacionadas à educação, que cada vez mais era uma questão de Estado, fossem assistidas e implementadas, seja nas escolas estatais ou até mesmo nas católicas.

Num importante documento para entender o ponto de vista católico romano da época, a *Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese*, o então arcebispo (que viria a se tornar cardeal) Sebastião Leme aborda muitas das questões que orientaram suas decisões quando ele assumisse como o principal líder da Igreja Católica brasileira. Nesse escrito, Leme aborda a importância de ganhar espaço e relevância no debate público, era importante que a Igreja tivesse ao seu lado intelectuais, principalmente para a defesa do ensino religioso, conforme argumentou Moura (2016, p. 34):

Os homens das letras se apresentavam como guias para a formação de uma neocristandade, a difusão dos ensinamentos católicos e a divulgação do movimento internacional da Igreja romana no país. Entre algumas das principais defesas dos intelectuais católicos, apresentou-se a manutenção do ensino religioso, seja no espaço privado ou nas escolas, como um caminho para se implementar uma ordem católica no Brasil.

E para empreender essa tarefa de buscar mais influência na política brasileira, a Igreja contou com um importante líder intelectual leigo: Alceu Amoroso Lima. Converso quando já figurava no círculo intelectual brasileiro, principalmente com sua coluna de crítica literária n'O Jornal (RJ), Lima foi conduzido durante sua aproximação com a fé católica através da influência de Jackson Figueiredo, que era líder do Centro Dom Vital (CDV), estando a frente da revista A Ordem (RJ). Figueiredo morreu jovem, deixando um vácuo de liderança entre os intelectuais católicos de então. O Cardeal Leme habilmente optou por colocar a frente do CDV o recém convertido Tristão de Athayde<sup>4</sup>. Assim, ele assumiu a liderança anteriormente ocupada por Jackson Figueiredo em 1928.

Com todo o prestígio e respeito que vinha conquistando dentre os católicos brasileiros, Lima também assumiu a frente da Liga Eleitoral Católica (LEC) quando esta foi criada em 1932. A LEC fora criada como um meio dos católicos arregimentar forças em âmbito nacional para influenciar as escolhas dos políticos que viriam a compor a constituinte que se iniciaria em 1933.

Como viremos a explicitar adiante no texto, a influência da Igreja na constituinte foi, de fato, exitosa. Os princípios que a LEC propunha como sua base mínima para apoiar a candidatura de algum deputado (a saber: indissolubilidade do casamento, ensino religioso facultativo nas escolas e a oferta de assistência religiosa facultativa em instituições públicas como hospitais, quartéis, prisões e etc<sup>5</sup>). Diante de toda essa importância, o presente texto propõe analisar a importância do principal líder leigo católico do período, Alceu Amoroso Lima, nos debates sobre Ensino Religioso na constituinte de 1933/34. Faremos isso ao discutir sua influência junto a intelectuais e políticos participantes do governo e da constituinte, analisar os escritos do autor sobre pedagogia e ensino religioso e compreender seu papel na formação e liderança de movimentos católicos em torno dessa reivindicação.

## **METODOLOGIA**

Para a execução de nosso trabalho, foram analisadas fontes bibliográficas e da imprensa, tanto produções do próprio autor, quanto sobre ele. Seguiu-se a metodologia da História Social das Ideias, perscrutando as funções que o pensamento desempenha nos rumos da sociedade, e não apenas o conhecimento filosófico produzido pelo autor em questão (Mesquita, 2011). Dessa

---

<sup>4</sup> Pseudônimo utilizado por Lima.

<sup>5</sup> Tais princípios foram expostos em diversas fontes que analisamos. Dentre elas, tais princípios são expostos em: A CRUZ. A Liga Eleitoral Católica e o próximo pleito. **A Cruz**. Rio de Janeiro, 30 de ago. 1933.

forma, abordaremos a questão contemplando os escritos do próprio Lima, mas também notícias que divulgavam suas ações enquanto um agente político. Devido à grande estima que muitos tinham por ele, suas conexões junto ao governo e sua posição enquanto líder católico, se mostra essencial uma abordagem que contemple os aspectos sociais que foram motivados pelas ideias e ação política de Lima. Dessa forma, primeiro vamos discutir suas ideias, e depois sua atuação na constituinte e no meio católico sobre o tema do ensino religioso.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### As Ideias de Tristão de Athayde

Para compreendermos as ideias do nosso autor em questão, é importante observarmos dois escritos dele que foram publicados poucos anos antes de nosso recorte temporal, em 1931 e 1932. Se tratam de *Questões Pedagógicas* (1931) e *Política* (1932).

No *Questões Pedagógicas*, Lima visa tratar diretamente sobre religião e ensino, tecendo críticas ao outro grande grupo que influenciava o debate educacional no Brasil de então: os escolanovistas. Partindo de alguns artigos (muitos deles advindos de polêmicas com outros autores) ele defende sua compreensão de pedagogia católica, opondo-se diretamente à educação laica. Segundo Cury (2010, p. 38), ele “analisa as teorias dos escolanovistas e de seus precursores pontuando sua crítica com base na finalidade da escola nova, não nos seus métodos e atividades”. É importante traçar onde está a verdadeira discordância entre católicos e escolanovistas para que se entenda o desenvolvimento de um escolanovismo católico a partir de tais debates, como proposto por Everardo Backheuser, que apesar de tecer críticas a filosofia dos defensores da Escola Nova, foi um grande difusor de seus métodos no Brasil, promovendo um diálogo entre a pedagogia tradicional católica e os métodos educacionais mais modernos propostos pela Escola Nova<sup>6</sup>. Cury também aponta que as críticas filosóficas feitas por ele passam pelo combate ao que ele via como materialismo dos teóricos escolanovistas:

De forma geral, Lima [no seu livro *Questões Pedagógicas*] apresenta seu quadro teórico-metodológico com relação à educação. Aí ele define a pedagogia católica pela reafirmação dos princípios sobrenaturais sobre os direitos naturais e positivos na organização do ensino. À instrução cabe ministrar conhecimentos profissionais, científicos, religiosos e morais. À educação compete infundir hábitos físicos, intelectuais e morais. E à cultura se impõe a tarefa de elevar a personalidade socioindividual pelo esporte, pelo humanismo e pela religião. Face a isso, tece crítica ao “materialismo”, por onde também estaria passando o movimento escolanovista, sobretudo pela defesa do laicismo (Cury, 2010, p. 18)

---

<sup>6</sup> Ver: Rosa, 2017; Prachum, 2019.

Skalinki Junior (2015), ao comentar essa mesma obra, aponta que nela Lima articula a pedagogia católica como a provedora de uma base filosófica para integração das disciplinas e como um “componente tradicional indispensável à identidade brasileira” (p. 24). Sobre a ligação entre a identidade brasileira e o catolicismo, o mesmo autor comenta:

A necessidade de dar às novas gerações uma noção positiva da ordem moral ou religiosa era, segundo Amoroso Lima, algo imperativo para a construção de uma nacionalidade e, nesse ponto, os arautos do republicanismo teriam se equivocado grandemente [ao acabarem com o ensino religioso na Primeira República]. (Skalinski Junior, 2015, p. 103)

Tais críticas à laicidade são ainda mais esclarecidas quando se compreende sua visão do papel social da escola, como exposto em seu livro *Política*. Para ele, a escola é ligada intrinsecamente com a família e com o Estado, fazendo uma espécie de intermediação entre os dois, auxiliando a família (que é quem tem a primária tarefa de educar) na educação das crianças, ajudando-a a inserir os futuros cidadãos na vida em sociedade:

A Escola, portanto, completa a família e é a segunda célula social, pois visa a propagação natural della. Tudo o que separe, portanto, essas duas instituições é nocivo ao bem commum. E tudo o que tornar cada vez mais solidárias as suas actividades, distintas mas nunca separadas, é benéfico e necessário ao bem commum. (Lima, 1932, p. 39)

Ele continua, destacando o papel da escola em relação à família e ao Estado:

A escola [...] participa da natureza da família e da natureza do Estado. Da família por ser uma instituição formadora do ser humano individual. Do Estado, por ser uma instituição formadora do senso social dos homens. **A escola continua a família e prepara o Estado.** (Lima, 1932, p. 40, grifo nosso)

Tendo essa visão sobre o papel da escola, fica inconcebível apartar essa instituição que “continua a família” da religião da maioria dos pais brasileiros, que era a católica. A laicidade, então, iria contra o bem comum ao não dar ressonância aos ensinamentos religiosos familiares e afastar a escola da família:

Com o ensino religioso nas escolas públicas, Alceu Amoroso Lima avaliava ser possível reconstruir sob muitos aspectos a conexão com a esfera familiar e os valores cristãos nela vivenciados, a fim de superar a atmosfera de indiferentismo moral e religioso, segundo ele, provocados pelo laicismo que imperava nas escolas (Skalinski Junior, 2015, p. 105)

E ao contribuir com isso, o ensino religioso também serviria para a prosperidade do país, pois a “manutenção e o fortalecimento dos valores cristãos – componentes essenciais da ‘alma brasileira’ e capazes de garantir a unidade da nação – seriam a base para a preparação das novas gerações e garantia de uma correção nos rumos do país” (Skalinski Junior, 2015, p. 106).

**A Liga Eleitoral Católica (LEC)**

Tais ideias sobre a necessidade do Ensino Religioso por parte de Alceu Amoroso Lima, sem dúvidas influenciaram as reivindicações católicas na LEC, onde ele foi escolhido como Secretário Geral na sua fundação. Peixoto (2017) frisa que “Alceu Amoroso Lima foi instruído pelo Cardeal Leme, a não organizar um partido confessional, mas, por meio da LEC, a apenas apoiar os candidatos, que se comprometessem com seus pontos mínimos, independentemente das suas agremiações políticas” (p. 308).

Segundo Miceli (2001) aponta que alguns dos motivos que embasaram tal opção:

Tremendo os efeitos desastrosos que poderia acarretar um resultado eleitoral desfavorável, e sem querer pôr em risco os dividendos políticos derivados da postura de “neutralidade que a Igreja deveria continuar mantendo em relação aos detentores do poder temporal, os altos dirigentes católicos preferiram adotar uma solução de compromisso [...]. Dessa maneira, os católicos não intervieram como facção nas lutas partidárias nem desgastariam a autoridade moral e política da única corporação da sociedade civil em condições de ombrear-se com o Estado. A Liga Eleitoral Católica deveria divulgar as diretrizes e as tomadas de posição da Igreja entre os fiéis e canalizar votos dos eleitores católicos em favor dos candidatos dos diferentes partidos que estivessem prontos a sustentar as posições católicas em questões delicadas e controversas. (Miceli, 2001, p.130)

Como o mesmo autor destaca na continuação do texto, por causa de tal estratégia adotada pela LEC, “grande parte das reivindicações constantes no programa católico foi incorporada à constituição de 1934” (Miceli, 2001, p. 130)

Numa entrevista reproduzida no periódico A Cruz, após a constituinte, em 1934, Lima foi indagado se a LEC viraria um partido político. Suas palavras apontam que haviam disputas<sup>7</sup>, com alguns não desejando manter a LEC em tal configuração e finalmente fazer o partido político católico, e fazem muito sentido à luz da interpretação de Miceli:

A natureza da Liga Eleitoral Católica proíbe sua transformação em partido político, sua confusão com qualquer corrente política ou sua aliança com este ou aquele partido, com exclusão de outros em cujos programas e listas de candidatos nada e ninguém figure que represente hostilidade à Igreja e aos seus princípios morais e sociais. Fora daí, estará desvirtuada a nossa organização, graças à qual conseguimos fazer incorporar à nova Constituição os pontos fundamentais do programa social católico. (A Cruz, 1934, p. 4)

Assim, pode-se dizer que a LEC, sob a liderança de Lima, teve um papel central na estratégia da Igreja em defender o Ensino Religioso na constituinte, utilizando-a para fazer com

<sup>7</sup> Aqui é importante pontuar algumas informações dadas por Peixoto (2017) que mostram tais disputas, indicando que haviam grupos que há muito desejavam formar um partido: “O problema é que o esforço de se constituir um Partido Católico no Brasil pode ser rastreado até o século XIX, principalmente quando se visava à eleição para a Assembleia Constituinte de 1891, um esforço coordenado pelo jornal ‘O Cruzeiro’, ligado à Arquidiocese do Rio de Janeiro e ao primeiro cardeal da América do Sul, Joaquim Arcoverde. Esse seria um esforço infrutífero, em face mesmo da corrupção e das fraudes que envolviam o sistema eleitoral brasileiro, mas que seria novamente cogitado por Carlos de Laet entre 1925-1926, com o apoio de Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital” (p. 308). O autor também destaca que tal tese de não organizar um partido político partiu desde a época do Cardeal Arcoverde, pois quando da organização do V Congresso Episcopal de Nova Friburgo, foram convocados apenas bispos do Sul do Brasil, excluindo o Nordeste, cujos bispos eram mais favoráveis a uma atuação direta na política. Assim, a tese de Arcoverde foi a que logrou êxito, havendo continuidade na sustentação de tal posição por parte de seu sucessor Cardeal Leme.

que deputados de diferentes partidos em todo o Brasil se dispusessem a apoiar tal pauta a fim de conseguir o voto dos fiéis católicos.

Ao conquistar suas reivindicações mínimas, a LEC estaria protegendo a “unidade espiritual” do Brasil ao defender a pauta do ensino religioso. Essa interpretação por parte de Lima é vista numa outra entrevista concedida ao *O Jornal*, do Rio de Janeiro, comentando o anteprojeto constitucional lançado em 1933. Ao seu ver, conseguir que o Ensino Religioso fosse facultativo não era o ideal, mas seria o mínimo para proteger a “nacionalidade católica” do país. Ele disse:

Essa posição se está longe de satisfazer ás verdadeiras necessidades do ensino e particularmente as exigencias de uma nacionalidade catholica como a nossa [...] poderá, entretanto, ser tolerada como um mal menor e é o que fez a Liga Eleitoral Catholica, em seu programma de reinvidicações minimas. (*O Jornal*, 1933, p. 5)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, então, que a principal via de influência de Alceu Amoroso Lima sobre pauta do Ensino Religioso na constituinte foi através de sua liderança na LEC, com as postulações teóricas que ele e outros intelectuais católicos estavam construindo para defender o que eles entendiam ser a identidade brasileira, vinculada profundamente ao catolicismo, e que passava por estabelecer uma educação escolar mais alinhadas com seus ideais e distantes do laicismo. Tais esforços se inseriam num contexto mundial mais amplo no qual a Igreja Católica Apostólica Romana buscava novas estratégias para se posicionar diante da secularização da sociedade ocidental. Nesse cenário, a educação se mostrou um campo em intensa disputa, principalmente num país no qual o positivismo se mostrou uma grande influência durante a Primeira República e que era um dos mais influentes do catolicismo latino americano. Lima julgou as conquistas de seu grupo como momentâneas, mantendo preocupação com os novos rumos que pareciam surgir no cenário político nacional.

## FONTES

A CRUZ. Liga Eleitoral Católica e o próximo pleito. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 30 de ago. 1933

\_\_\_\_\_. Uma entrevista do Dr. Alceu Amoroso Lima. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1934.  
FREITAS, Bezerra de. A religião e o ensino leigo nos debates da constituinte. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 24 nov. 1933.

LIMA, Alceu Amoroso. **Política**. Rio de Janeiro: Edição da Livraria Católica, 1932.

\_\_\_\_\_. Debates Pedagógicos. In: CURY, Carlos Roberto Jamil. **Alceu Amoroso Lima**. Recife: Editora Massangana, 2010.

## REFERÊNCIAS

- BOURG, Julian. The Enduring Tensions Between Catholicism and Modernity. **Integritas: Advancing the Mission of Catholic Higher Education**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1, 2016.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Alceu Amoroso Lima**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Origem do Ensino Religioso. In: BRANDENBURG, Laude Erandi; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; KLEIN, Remí (orgs.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Sinodal; Patrópolis: Vozes, 2017.
- MESQUITA, Gustavo Rodrigues. Da história das ideias à história social das ideias: entre a renovação epistemológica e a prática historiográfica. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 18, p. 6–27, 2011.
- MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOURA, Carlos André Silva de. A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do Clero. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 9, n. 25, p. 23-38, 9 maio 2016.
- PEIXOTO, Renato Amado. Da ‘Liga Eleitoral Católica’ a ‘Reação Nacionalista’ – o percurso do Catolicismo brasileiro rumo à ‘colusão’ com o Fascismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 10, n. 29, p. 297-332, 10 ago. 2017.
- PRACHUM, Bianca Neves. **Educação e catolicismo: a construção de um modelo de professor e as apropriações católicas da Escola Nova a partir de Everardo Backheuser (1928-1946)**. 2019. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.
- ROSA, Maristela da. **Escolanovismo católico Backheuseriano: apropriações da Escola Nova tecidas em manuais pedagógicos (1930-1940)**. 225f. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2017.
- SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular**. Curitiba: CRV, 2015.